

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

### **PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral, em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, nos termos do artigo 78º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

### **AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, por motivos pessoais.

### **SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

### **ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Presidente da Câmara** e os senhores **Vereadores** deram as boas vindas ao senhor Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral, que se encontra na reunião em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, o qual agradeceu.

### **CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por se reportar a um email que recebeu, o qual continha um ofício proveniente da senhora Presidente da Junta de

Freguesia de Sande, datado de 16 de julho de 2019, relativo ao encerramento de jardim de infância de Sande, que refere que e citou: *“todas as crianças já se encontram inscritas no CEL, à exceção de uma criança que se encontra inscrita na freguesia de Cambres. Para além das crianças se encontrarem inscritas no CEL, a mesmas foram separadas por idades.”* Refere ainda que: *“Mais uma vez o Presidente da Câmara fez o que quis e tomou a decisão sem dizer nada a ninguém. Até à data, ainda não foi comunicada tal decisão, nem por escrito, nem por outro meio qualquer e não sei se estarão garantidas as condições, tais como: comodidade, conforto, segurança, transporte.... É conhecedor desta situação?”*

Neste sentido, e dado que não era conhecedor desta situação, questionou o senhor Presidente da Câmara se tinha ou teve conhecimento deste assunto. E, em caso afirmativo, questionou ainda, como decorreu este procedimento, sabendo-se que existe uma recomendação da Assembleia Municipal, no sentido de evitar e impedir o encerramento de tal jardim-de-infância e sabendo-se ainda que a posição maioritária dos Vereadores da oposição também eram claramente contra tal encerramento.

Por isso, reforçou questionando o senhor Presidente, pese embora estes factos, como ocorreu o encerramento do jardim-de-infância e o que fez o senhor Presidente da Câmara para evitar que encerrasse.

Mais questionou se da parte do Presidente da Câmara existe ainda uma réstia de esperança em reverter esta situação, à semelhança do que fez no ano transato em igual situação, tendo ainda em conta que existem crianças em número suficiente para manter em funcionamento o jardim-de-infância de Sande, com padrões mínimos de qualidade.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** agradeceu ao senhor Presidente da Câmara o envio de cópia do relatório que levou ao abate de árvores na cidade, sugerindo que o mesmo fosse publicitado, para esclarecer a opinião pública de que tal atitude não ocorreu, por “mero capricho”, como se ouve dizer.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** comungou das preocupações manifestadas pelo senhor António Pinto Carreira, relativamente à comunicação recebida pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sande.

Sublinhou que existe uma deliberação tomada pela maioria do Executivo Municipal, bem como uma recomendação tomada pela Assembleia Municipal, no sentido de manter em funcionamento o jardim-de-infância de Sande, pelo que gostaria de ser esclarecido pelo senhor Presidente do que sabe sobre esta matéria e o que está a levar as coisas a este ponto.

De seguida, questionou o senhor Presidente da Câmara se, nesta data, já existe adjudicação do concurso para a iluminação das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, uma vez que a empresa Castros já se encontra a colocar as estruturas na cidade.

Posteriormente, agradeceu também ao senhor Presidente a cópia do procedimento relativo ao abate das árvores, porém afirmou que tal não é suficiente, pois falta no processo indicação do destino das árvores, enquanto património municipal.

Por fim, uma vez que sobre a informação técnica, o senhor Vice-Presidente, proferiu o seguinte despacho, datado de 30/04/2018: *“Concordo. Tratar com urgência. Efetue-se consulta com vista à adjudicação da prestação de serviços.”*, questionou a que prestação de serviços se refere o senhor Vice-Presidente. Questionou ainda se foi efetuada alguma consulta, a que empresa foi adjudicada essa prestação de serviços.

O senhor **Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral** reportou-se à situação atual das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, questionando o senhor Presidente da Câmara se tal situação é para manter, bem como qual a solução que já foi encontrada e se já houve, ou não, a realização do estudo sonoro. Disse que a situação atual não é a melhor, principalmente no que toca ao cruzamento de veículos pesados, entendendo que tal não deveria ser permitido.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu o senhor Vereador José Correia da Silva que a prestação de serviços diz respeito ao corte de árvores e respetivo tratamento das mesmas. Disse que houve consulta das empresas e posterior adjudicação, sendo que tal documentação faz parte do procedimento de adjudicação.

Frisou que não há decisões tomadas por “capricho ou com leveza”, por mais que tal possa ser verbalizado pela opinião pública, explicando que qualquer decisão tomada por este Executivo em permanência é sempre fundada em informações técnicas, para além de, neste caso, ser uma decisão esperada ansiosamente pelos moradores e transeuntes.

O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que o corte de árvores ficou a dever-se única e exclusivamente à necessidade de acautelar situações de segurança emergentes reivindicadas pelos lamecenses, em cada uma das localidades, acrescentando o facto de as mesmas estarem com as raízes a provocar estragos na rede pública de água e saneamento, muito em especial na Urbanização do Paraíso.

Esclareceu que o procedimento de iluminação no âmbito das Festas de Nossa Senhora dos Remédios está a ser iniciado, pelo que a presença da empresa Castros na cidade terá a ver com o levantamento de definição de necessidades, para a futura instalação da iluminação, não havendo, por isso, qualquer trabalho a ser realizado com conhecimento e autorização do Município.

Quanto ao trânsito das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, afirmou que algumas soluções continuam a ser procuradas, no sentido de melhorar a situação, nomeadamente com a criação de bolsas de estacionamento; referiu que não tem tido, para já, o sucesso

que se desejava, pelo que urge encontrar um espaço alternativo para permitir que as pessoas se possam deslocar com maior comodidade àquela zona.

Seguidamente, referiu que não recebeu qualquer comunicação da Junta de Freguesia de Sande, tratando-se de mais uma preocupação manifestada reiteradamente no seio do Executivo.

Relembrou que, aquando do lançamento do ano escolar 2019/2020, foi ouvido o Conselho Municipal de Educação, o qual deliberou, por unanimidade, o encerramento dos seis jardins-de-infância, incluindo o jardim-de-infância de Sande. Foram ainda definidos os circuitos de transportes escolares e aprovados em sede do Executivo, sendo que a definição da rede escolar é da responsabilidade da DGESTE, na sequência do que foram as comunicações feitas pelo Município de Lamego.

Esclareceu que o encerramento ou a manutenção do funcionamento dos jardins-de-infância não decorre diretamente da vontade do Executivo Municipal ou da Assembleia Municipal, pelo que, neste momento, se está a aguardar uma decisão definitiva da rede escolar em função do número de matrículas das crianças. Disse que esta matéria deve ser apreciada no seu todo e não tendo em conta um caso isolado.

Afirmou que deve fazer uma gestão rigorosa de acordo com os poderes dos órgãos competente, sem desrespeito pela Câmara e indicações da Assembleia no cumprimento das suas deliberações, adiantando que dará conhecimento à Câmara quando tiver o número definitivo de turmas.

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral** para sugerir ao senhor Presidente da Câmara a compra de alguns fundos de habitações, bem como uma parte de terreno da Casa das Brolhas, no sentido de se criarem mais bolsas de estacionamento, no sentido de melhorar a situação atual das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro.

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador António Pinto Carreira** para questionar o senhor Presidente da Câmara se a decisão tomada pela Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal foi, ou não, comunicada à DGESTE. Se sim, qual a resposta.

De seguida, tendo em conta o encerramento dos jardins-de-infância e a variação da população escolar e o período de vigência da carta educativa, gostaria de saber se já foram dados alguns passos, no sentido da alteração da mesma.

Usou, novamente, da palavra o senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** para, no seguimento da resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente à colocação da iluminação das Festas, dizer que é do conhecimento público que a empresa Castros já anda a colocar as estruturas, pelo que deve haver alguma incongruência relativamente a este assunto.

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador José Correia da Silva** para dizer que, em relação à iluminação no âmbito das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, alguma coisa se passará com este assunto e, das duas uma, ou o senhor Presidente da Câmara anda muito distraído ou está a querer brincar com este assunto, pois é visível a todos que a cidade já se encontra cheia de postes para a iluminação das festas, pelo que agradecia de ser devidamente esclarecido quanto a esta matéria.

Seguidamente, em relação ao abate das árvores e na sequência de um despacho por ele proferido à data de 11/05/2016, disse que, de facto, inicialmente o que estava previsto era que as árvores da Rua da Boavista fossem cortadas pelos serviços da Câmara. Pelo que, o que aconteceu agora, com a gestão do novo Executivo é que tal procedimento foi adjudicado a uma empresa, tal como proferido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara. Neste sentido, solicitou cópia da consulta às empresas para o abate das árvores da Rua da Boavista, bem como o resultado da mesma. Quanto às árvores abatidas na Urbanização do Paraíso e junto ao Complexo Desportivo, questionou se tiveram igual procedimento, isto é, se houve consulta às empresas e qual o destino dado das árvores.

Questionou, ainda, na sequência do teor da informação elaborada pelo Eng. Luís Pinto, em que é referido que: “...a forma mais eficaz e económica de se executar esta tarefa será entregar a um madeireiro.” qual é o procedimento que prevê a entrega das árvores a um madeireiro, reiterando o pedido de cópia de tal procedimento.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral que de facto a sua sugestão seria uma das formas mais rápidas de resolver o problema de estacionamento das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, no entanto, tal aquisição carece da vontade dos privados em fazer esse negócio.

Adiantou que os serviços de património estão a fazer esforços nesse sentido, ou seja, de identificar alguns locais que possam ser adquiridos ou que haja condições de adquirir para criar bolsas de estacionamento, porém não é um processo de fácil resolução.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que já foram feitas algumas diligências no sentido de tentar adquirir alguns imóveis naquelas ruas, para permitir essa execução, contudo ainda não foi possível concretizar essa intenção.

Quanto à iluminação, reiterou que o processo está na fase inicial de abertura do procedimento de consulta às empresas.

Esclareceu que as comunicações efetuadas à DGESTE ocorreram previamente às decisões tomadas quer pelo Executivo, quer pela Assembleia Municipal, entendendo que se deveria aguardar pelas respostas, para posteriormente se medirem as consequências jurídicas, nomeadamente decorrentes da deliberação tomada pela Câmara, porquanto a recomendação da Assembleia Municipal apenas se trata de um conteúdo político.

Quanto à carta educativa, respondeu que ainda não foram iniciadas quaisquer diligências ou procedimentos.

Referiu que os documentos solicitados irão ser entregues aos senhores Vereadores, estando também os mesmos disponíveis para consulta.

O senhor **Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral** apelou ao senhor Presidente da Câmara para não deixar cair no esquecimento a situação atual das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se era legítimo concluir que não foi comunicado à DGESTE as deliberações do Executivo e Assembleia Municipal, ao que o senhor **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente.

Quanto às árvores abatidas, o senhor **Vereador António Pinto Carreira** considera tratar-se de um ato de gestão corrente do Executivo em permanência, porém disse que tem dúvidas da legitimidade do abate das árvores na Urbanização do Paraíso, pelo que solicitou cópia do procedimento formal que foi realizado após decisão de mandar abater as referidas árvores naquele local.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, relativamente ao assunto do abate das árvores, disse que, dado que se trata de património arbóreo municipal, tem dúvidas da legalidade da decisão tomada pelo Executivo em permanência, pois esse assunto deveria ter vindo à reunião de Câmara para deliberação.

Quanto à colocação dos postes para iluminação no âmbito das festas da cidade, reiterou que o senhor Presidente anda muito distraído ou não quer ver o que está à vista de todos, sugerindo ao senhor Presidente que, a manter aquilo que proferiu, deve hoje mesmo mandar retirar todas as estruturas colocadas até agora sem a devida autorização, tal como afirmou, sob pena de recair em grande responsabilidade.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o procedimento do corte de árvores é um procedimento normal, tendo sido adotado no sentido de acarretar o mínimo de custos possível, uma vez que o trabalho não era possível de ser realizado pelos serviços municipais. Disse que os mesmos estão devidamente contabilizados, bem como a consulta das empresas, os quais se encontram no processo e disponíveis para consulta.

Congratulou-se com o facto de, na semana passada este procedimento ter passado por crime ambiental e hoje apenas se reduz ao pedido de cópias do procedimento administrativo, eliminando esse labéu criminal que na semana passada se quis aqui passar injustamente.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** agradeceu ao senhor Presidente da Câmara o envio da cópia do procedimento, relativo ao corte das árvores, porém carece dos procedimentos que foram tomados a seguir, os quais não recebeu e que aguarda.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara para quando está previsto a remoção das raízes das árvores abatidas, bem como a sua necessária replantação nos mesmos locais.

Por fim, deixou um registo de agrado pela excelente reportagem publicada no Jornal Público, no dia 17/07/2019, sobre o “Solar da Porta dos Figos” em Lamego, lembrando que de facto era o tempo em que a Câmara fazia investimento e se predispunha a recuperar e fazer grandes obras, em benefício do património e da história Lamecense.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que o Executivo em permanência se pauta pela decência e transparência em todos os procedimentos. No que diz respeito ao corte de árvores, disse que tal decisão foi tomada, na convicção de que os serviços se pautaram pelo cumprimento escrupuloso da lei, pelo que o mesmo vai ocorrer, no que diz respeito ao assunto da colocação de iluminação para as festas da cidade.

Reiterou que a gestão anterior teve pontos positivos e negativos, sendo evidente que a obra do “Solar da Porta dos Figos” em Lamego é um dos fatores positivos, sendo certo que, decorrente desses investimentos positivos, muitos houve que comprometem a atividade e a gestão, não só deste Executivo atual, mas também dos Executivos futuros, dando como exemplo, nomeadamente o processo de replantação das árvores, bem como a remoção das raízes das árvores cortadas, o qual será efetuado logo que a situação financeira do Município de Lamego o permita.

Lembrou que é fácil congratularem-se com a realização de trabalho, quando se exaure até à última gota os recursos do município, por muitas décadas e é fácil vangloriar-se com o trabalho realizado, quando não há nenhum senso da gestão da coisa pública, o que não é o timbre deste Executivo, onde se incluem todos os senhores Vereadores, frisou.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse ao senhor Presidente da Câmara que, ora avante, deve ter alguma cautela e cuidado quando diz que se pauta pela decência e transparência, o que não é verdade, uma vez que ao dizê-lo deveria corresponder aos atos, o que já por várias vezes, nestas reuniões, se detetou que não é verdade. Caso contrário, adiantou que terá de denunciar tais factos que considera como falta de decência e transparência, como decorre do assunto colocado hoje, relativamente à colocação dos postes de iluminação pública no âmbito das Festas de Nossa Senhora dos Remédios.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que as acusações quando infundadas irão merecer da sua parte resposta à altura e, nomeadamente, com recurso aos procedimentos penais. Adiantou que já o fez há pouco tempo contra um agente político, ex-titular de cargo

político, e fá-lo-á, quanto a outros cidadãos, independentemente de serem agentes políticos, ou não, desde que atinjam a sua honra, dignidade e integridade, pelo que oportunamente irá atuar em conformidade.

Reafirmou que se pauta pelos princípios da decência e da transparência, sendo que está a fazer todos os esforços para que os serviços municipais também os cumpram de forma obrigatória, não obstante os maus hábitos advindos da gestão de doze anos, onde tais princípios não estiveram presentes. Sublinhou que poderão ocorrer falhas, mas que as mesmas não poder ocorrer em virtude de abstenção de quaisquer contrapartidas. Tal não se irá registar, pelo menos com o seu conhecimento, complacência ou indicação.

Neste seguimento, decorrente do que o senhor Presidente da Câmara acabou de proferir, o senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara que postes são aqueles colocados na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu reiterando que o procedimento está na fase inicial de consultas às empresas, pelo que a legalidade deste procedimento irá ser cumprida escrupulosamente, sublinhando que qualquer comportamento abusivo terá de ser corrigido.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** insistiu no assunto, questionando o senhor Presidente da Câmara, se sabe ou tem conhecimento que postes são aqueles que estão colocados na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu novamente que o procedimento para a contratação de iluminação no âmbito das Festas de Nossa Senhora dos Remédios está iniciado e será objeto de cumprimento rigoroso da legislação, sendo que, posteriormente, serão iniciados procedimentos de colocação das estruturas que forem necessárias para a iluminação. Informou que, quaisquer estruturas que já existam colocadas, fora deste quadro, não estão autorizadas e não têm essa finalidade, pelo que vai ter de ser corrigido esse procedimento em conformidade.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** persistiu no assunto, questionando o senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento, ou se algum dos senhores Vereadores em permanência têm conhecimento dos postes que estão colocados na cidade de Lamego, nomeadamente na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego, agradecendo uma resposta clara e objetiva.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que o procedimento para a contratação de iluminação pública no âmbito das festas das Festas de Nossa Senhora dos Remédios já foi iniciado, pelo que os postes para a referida iluminação serão colocados após a adjudicação do procedimento.



**ORDEM DO DIA**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

**01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2019 **(COD. 03)**

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 15 de julho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral, por não ter participado na referida reunião.

**02-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO **(COD 17)**

**ARGUIDO:** ANTONINO RODRIGUES PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 658/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a Guarda Nacional Republicana de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, um auto de notícia por contraordenação, no qual relata que no dia 11/12/2018, na sequência de um patrulhamento, verificou a existência de um canídeo, na freguesia de Cambres, sem que possuísse a respectiva identificação eletrónica, bem como vacinação antirrábica, sendo o seu proprietário Antonino Rodrigues Pereira.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de dezembro, na redação dada pela Lei nº 49/2007, de 31.08, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal, eventualmente praticada por Antonino Rodrigues Pereira, na qualidade de proprietário do canídeo.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Antonino Rodrigues Pereira.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente, neste, ponto, o senhor Vereador António Pinto Carreira, por impedimento legal.

**03-ASSUNTO:** PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO AO VOLUNTARIADO EM PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE LAMEGO **(COD 51)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 659/51/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer

parte integrante, propondo que a Câmara Municipal delibere a aprovação do início ao procedimento em causa, através de publicação no sítio institucional da Câmara Municipal de Lamego, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento, como estipula o artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

#### **04-ASSUNTO:** ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 5 DA ZONA INDUSTRIAL DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS (COD 01)

**REQUERENTE:** TUTIGAS ENERGY, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 660/47/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 5192/2019, de 2019/07/16, dando conhecimento da existência de três interessados na aquisição por negociação direta do lote n.º 5 da Zona Industrial de Lamego, inscrito na matriz urbana da freguesia de Britiande sob o artigo n.º1111, e descrito na CRP sob o n.º 777.

Já foram realizados seis procedimentos de hasta pública, em que o lote n.º 5 foi licitado, não tendo sido alienado por falta de interessados, conforme referido na informação supra referida.

Deram entrada as seguintes propostas de aquisição:

- 1) Em 2018/12/06, o Sr. Diogo de Matos Rodrigues apresentou uma proposta no valor de 4 000,00 €;
- 2) Em 2019/03/12, a empresa Cryseia, apresentou uma proposta no valor de 6 000,00 €;
- 3) Em 2019/03/28, a empresa Tutigas energy, Lda, com sede em Ovar, apresentou uma proposta no valor de 27.336,00 €.

Nos termos dos artigos n.ºs 121 e ss do Código do Procedimento Administrativo, foi dado conhecimento aos interessados, que era intenção do Município de Lamego, alienar o lote n.º 5 da Zona Industrial de Lamego, por negociação direta, sendo a melhor proposta apresentada no valor de 27 336,00 €, referindo que na qualidade de interessados, num prazo de 10 dias, dizerem o que lhes oferecer. Terminado o prazo, não foi rececionada qualquer resposta.

De acordo com o artigo 13.º, do Regulamento de Inventário e Cadastro do Município de Lamego, e do n.º 2 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 307/94, a alienação de bens móveis poderá ser realizada por negociação direta com pessoa determinada:

- a) Quando o adquirente for uma pessoa coletiva de direito público;
- b) Em casos de urgência devidamente fundamentados;
- c) Quando se presume que das formas previstas no número anterior não resulte melhor preço;
- d) Caso que tenha ficado deserta a hasta pública;

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a venda por negociação direta do lote n.º 5 da ZIL, pelo valor de 27.336,00€, à empresa Tutigas Energy, Lda., uma vez que foi a melhor proposta apresentada, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, visto que após seis hastas públicas realizadas, não houve qualquer interessado.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **05-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS (COD 56.A)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 661/56.A/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, no uso da faculdade prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o conteúdo do “Relatório Final”, elaborados pelo júri do concurso público realizado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes do CCP aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B / 2017, de 31 de agosto, cujo anúncio foi publicado na II.ª série do Diário da República, no dia 19 de junho de 2019,

1. Aprovar a proposta contida no relatório final do júri, com os fundamentos ali constantes.
2. Adjudicar a “Prestação de serviços de seguros” por lotes, às seguintes entidades e montantes:

Entidade		Valor da proposta (isento IVA)
<b>Lote I</b>	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.  (Seguros Máquinas Casco, Frota Automóvel e Responsabilidade Civil)	37.632,32 €
<b>Lote II</b>	Seguradoras Unidas, SA  (Seguro Multiriscos Patrimoniais)	35.439,40 €

<b>Lote III</b>	<p>Lusitânia- Companhia de Seguros, S.A.</p> <p>(Seguro de Acidentes de Trabalho; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e outras entidades; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Participantes em Atividades Desportivas, Culturais e Recreio de Natureza Eventual e Periódica; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Utentes das infraestruturas desportivas, culturais e recreativas municipais abertas ao público</p>	93.061,09 €
-----------------	--	-------------

3. Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, as minutas dos contratos, que se encontram anexas à presente proposta.

4. Notificar os adjudicatários para, nos termos do artigo 77º do CCP, apresentarem os documentos de habilitação.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **06-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 687/62/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º) e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, e de acordo com o teor da informação n.º 68/DFP, datada de 19 de julho de 2019 e do parecer do Chefe de Divisão de Finanças e Património, que delibere:

1- Autorize a decisão de contratar (art.º 36.º CCP), a decisão de autorização de despesa (art.º 18.º DL 197/99, 8-06) e da abertura do procedimento por concurso público com publicação no DRE da contratação da “Prestação de Serviços para a realização dos Transportes Públicos de Passageiros do Concelho de Lamego”, com o preço base de 178.000,00 € ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

2- Aprove as peças do procedimento: programa de concurso, caderno de encargos, respetivos anexos e a minuta do anúncio;

3- Nomeie:

3.1) O júri do concurso e delegue nos membros que o constituem, a prestação de esclarecimentos e a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas:

Função	Nome	Carreira / cargo
--------	------	------------------

Presidente	Jorge Paulo da Barbosa Eira	Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos
<b>Membros efetivos</b>	Rosália Sofia Santos Vigia Polaco de Oliveira	Técnica superior da DAC (substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos)
	Paula Cristina de Castro Relva	Técnica superior da DASU/VCT
	Elisabete Maria Pereira da Silva	Técnica superior da DEASC/Educação
	Monica Isabel Lamelas Gonçalves	Técnica superior da DFP/APROV
<b>Membros suplentes</b>	João Miguel de Oliveira Guedes Marques	Técnico superior
	Gracinda Claudina Conceição Silva Sabença	Técnica Superior da DFP/APROV

3.2) O Técnico Procedimental\* na plataforma eletrónica ([www.anogov.com](http://www.anogov.com)):

Nome	Carreira / cargo
Mónica Isabel Lamelas Gonçalves	Técnica Superior DFP/APROV
Gracinda Claudina Conceição Silva Sabença	Técnica Superior ( <i>substitui a técnica da DFP/APROV nas suas ausências e impedimentos</i> )

3.3) O gestor do contrato, após a sua efetiva adjudicação: Jorge Paulo da Barbosa Eira, Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU).

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que, tendo em conta a extensão do documento, que inclui para além de questões que poderão ser secundárias, mas que implica a aprovação das peças do procedimento, do programa de concurso, do caderno de encargos, respetivos anexos e da minuta do anúncio e autorizar a decisão de contratar esta despesa, implicaria um maior estudo de um documento com 221 páginas. Pelo que, dada a importância e a natureza deste assunto e pelas consequências que normalmente advêm no âmbito desta matéria, entende que o tempo concedido é excessivamente curto, (disponibilizado na quinta-feira, nos termos regimentais).

Afirmou ainda que, sabendo que este assunto poderia ter sido discutido há muito mais tempo, não se encontra em condições de conscientemente o poder votar ou deliberar, pelo que, de forma prudente e em obediência aos princípios que as decisões devem ser conscientes, ponderadas e esclarecidas, decide votar contra este assunto.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** afirmou que, de facto, o tempo para analisar o documento foi muito curto, tendo em conta a sua extensão, documento com 221 páginas. No entanto, dada a urgência em se deliberar sobre o mesmo, tal como referido pelo senhor Presidente da Câmara, de forma a assegurar a abertura de um concurso público para que se realizem os transportes públicos de passageiros, a partir do dia 1 de setembro de 2019 e confiando plenamente nos serviços que ajudaram na preparação desta proposta de deliberação, considera que a mesma não enfermará de qualquer vício ou vicissitude, pelo que vai votar favoravelmente esta proposta.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** corroborou da intervenção efetuada anteriormente pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, adiantando que irá também votar contra esta proposta, pelos mesmos motivos.

O senhor **Vereador Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral** afirmou que irá votar contra esta proposta de deliberação, dado que não teve oportunidade de analisar convenientemente a mesma, tendo em conta a extensão do documento.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, de facto, esta proposta deveria ter vindo à reunião de Câmara mais cedo, porém tendo em conta que se está num ano de transição legislativa, tal não foi possível.

Afirmou que o que está em causa é a decisão política quanto à decisão de contratar, decisão de autorizar a despesa e a abertura de procedimento com as respetivas peças concursais.

Sublinhou que o processo é extenso, com cerca de 221 páginas, porém do mesmo constam anexos que já foram aprovados neste Executivo, nomeadamente a definição dos circuitos, que é essencial nesta tomada de posição.

Frisou que o que está em causa nesta proposta de deliberação é apenas a decisão de abertura de procedimento público para a prestação de serviços de realização dos transportes públicos de passageiros dentro do Município de Lamego e apenas relativamente às carreiras que ocorrem dentro do município, com exceção dos circuitos que são do âmbito intermunicipal e cuja gestão cabe às entidades intermunicipais respetivas, pelo que apelou à boa compreensão dos senhores Vereadores para este assunto.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, nos termos propostos, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha e do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa e com três votos contra, do Vereador do PSD, Hernâni Emanuel Lacerda Anjos Cabral e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva.

#### **07-ASSUNTO: FINANÇAS (COD. 27)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de maio de 2019.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **08-ASSUNTO: FINANÇAS (COD. 27)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de junho de 2019.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

## DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04 GEC

### **09-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (COD. 20)

**REQUERENTE:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 662/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“A Santa Casa da Misericórdia de Lamego desempenha um papel fundamental na vertente social local/regional, com a missão de proporcionar aos seus utentes e a comunidade em geral, ações com qualidade e responsabilidade social.*

*Considerando que solicitou através de ofícios remetidos, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º 6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, públicas ou privadas, sob proposta á camara municipal”)*

*Considerando que se trata de uma instituição de Solidariedade Social com importante intervenção no Município na área da infância e juventude, proponho a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Camara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente, neste, ponto, o senhor Vereador António Pinto Carreira, por impedimento legal.

### **10-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (COD. 20)

**REQUERENTE:** APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 662/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“A Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego - APITIL é uma organização sem fins lucrativos com respostas sociais na terceira idade e na infância.*

*Considerando que solicitou através de ofício remetido, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, publicas ou privadas, sob proposta á camara municipal”)*

*Considerando que se trata de uma instituição de Solidariedade Social com importante resposta no Município, proponho a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Camara Municipal e a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego - APITIL, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**11-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (COD. 20)

**REQUERENTE:** PATRONATO SÃO JOSÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 664/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“O Patronato São José desempenha um papel importante na vertente social local/regional, com a missão de proporcionar aos seus utentes e a comunidade em geral, ações com qualidade e responsabilidade social.*

*Considerando que solicitou através de ofício remetido, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, publicas ou privadas, sob proposta á camara municipal”).*

*Considerando que se trata de uma instituição de Solidariedade Social com importante resposta no Município, no âmbito da creche e jardim-de-infância, proponho à Câmara a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Camara Municipal e o Patronato São José, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**12-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS (COD. 20)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO PORTAS P'RA VIDA (APPV)



Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 689/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“A Associação Portas P’rá Vida (APPV) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que presta serviços a pessoas com deficiências e incapacidades. Trata-se, deste modo, de uma Instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atualmente dá atendimento a Cidadãos portadores de Deficiências e Incapacidades, nas Valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Formação Profissional, Empresa de Inserção, Lar Residencial e*

*Residências autónomas.*

*Considerando que solicitou através de ofício remetido, descontos no valor base do preçário em vigor nas Piscinas Municipais Descobertas de Lamego para a época balnear 2019, informa-se que o regulamento municipal de utilização do complexo municipal de piscinas prevê, no seu Capítulo II, art.º 6º, alíneas b) e c), a possibilidade de utilização de grupos, em vertente de utilização protocolar, “referente a acordos (e condições) específicos a celebrar com entidades coletivas, públicas ou privadas, sob proposta à Câmara Municipal”. Considerando que se trata de uma instituição de Solidariedade Social com importante resposta no Município, proponho à Câmara a aprovação da minuta de condições anexa, entre a Câmara Municipal e a Associação Portas P’rá Vida, com 50% na redução do valor do preçário em vigor.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

**13-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**CONSUMIDOR:** EDGAR NUNES MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 665/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 5069/DASU, de 10 de julho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 55795, de maio/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE:** ALFREDO REBELO FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 666/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Alfredo Rebelo Ferreira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Alfredo Rebelo Ferreira, cliente n.º 13943, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: ANTÓNIO CARMINDO DA SILVA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 667/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António Carmindo da Silva solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de António Carmindo da Silva, cliente n.º 12394, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO À TARIFA SOCIAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA (COD 01)**

**CONSUMIDOR: MARIA ISABEL DOS REMÉDIOS TEIXEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 668/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que surge na sequência da informação n.º 5071/DASU, de 10/07/2019, propondo ao Executivo Municipal, se digne deliberar a audiência prévia de Maria Isabel dos Remédios Teixeira, cliente n.º 10734, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na Travessa dos Fornos, 21-3, freguesia de Lamego, nos termos do Artº.121º do C.P.A., para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento que recaiu sobre o seu pedido de renovação da adesão ao tarifário especial social da água.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE S. BENTO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO (COD 51)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 669/51/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 16 de julho de 2019, no qual autorizou a licença para realização da Festa em Honra de S. Bento, que decorreram nos dias 20 e 21 de julho de 2019, na freguesia de Ferreirim, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**18-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE S. TIAGO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO (COD 51)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 670/51/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 15 de julho de 2019, no qual autorizou a licença para realização da Festa em Honra de S. Tiago, que decorreram nos dias 20 a 22 de julho de 2019, na freguesia de Sande, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**19-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE S. TIAGO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO (COD 51)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MAGUEIJA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 671/51/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 17 de julho de 2019, no qual autorizou a licença para realização da Festa em Honra de S. Tiago, que decorrem entre os dias 20 a 28 de julho de 2019, na freguesia de Magueija, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**20-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE SANTA BÁRBARA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – S. MARTINHO DE SOUTO (COD 51)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE S. MARTINHO DE SOUTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 672/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Santa Bárbara, que decorrerão nos dias 3 a 5 de agosto de 2019, em S. Martinho do Souto, Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**21-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO EMIGRANTE EM FERREIRIM (COD 51)

**REQUERENTE:** ARMINDO AUGUSTO CARDOSO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 673/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa do Emigrante, que decorrerá nos dias 2 a 4 de agosto de 2019, em Ferreirim.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**22-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “SUBIDA DA OLARIA” E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

**REQUERENTE:** LAMEGO BIKE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 674/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização do evento “Subida da Olaria”, que decorrerá no dia 17 de agosto de 2019, na freguesia de Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**23-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “O CAMINHO MAIS LONGO” E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

**REQUERENTE:** ENDLESSWAYS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 675/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que autorize a passagem do evento “O caminho mais longo – edição outono”, que decorrerá no dia 7 de novembro de 2019, nas vias de jurisdição do Município de Lamego.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**24-ASSUNTO:** DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO DESTINADA AO EXERCÍCIO, EM EXCLUSIVO, DA ATIVIDADE DE

**EXPLORAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO (COD 21)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 676/21/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4643/ DASU, de 27.06.2019, propondo à Câmara Municipal, a aprovação, nos termos da alínea I) do n.º 1 do artigo 90º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, da minuta de contrato a celebrar entre o Município de Lamego e a Comunidade Intermunicipal do Douro, a qual tem a natureza de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e será outorgado nos termos previstos nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovou o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nestes termos, propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar o envio da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e respetivo processo administrativo anexo, à Assembleia Municipal, para aprovação.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**25-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**

**REQUERENTE:** ANABELA RODRIGUES PEREIRA – PASTELARIA DA SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 688/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que autorize a ocupação de espaço público para instalação de uma esplanada aberta, com 80 m2, pelo período de 4 meses (julho a outubro), na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego.

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 1.568,00€.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

**26-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO – PROC. 560/16 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** JOSÉ DA SILVA & RIBEIRO DOS SANTOS, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** AV. 5 DE OUTUBRO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 677/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1593/DOU, de 16/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 17/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**27-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 522/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ANTÓNIO DE BASTOS FRANCISCO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO ROCHÃO – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 678/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1572/DOU, de 11/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 16/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**28-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 692/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** LEONEL DE ALMEIDA LOUREIRO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE BACELOS, MAZES – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 679/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1584/DOU, de 15/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 16/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de reconstrução e ampliação de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**29-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 740/13 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** FILOMENA GONÇALVES DA SILVA MARTINS

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE BAIRRAL – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 680/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1475/DOU, de 28/06/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 17/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento (alterações) da obra de reconstrução de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**30-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 562/16 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** FRANCISCO MARTINS CLEMENTE E COSTA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO OUTEIRO – MEIJINHOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 681/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1513/DOU, de 04/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento das alterações à obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**31-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO - PROC. 181/15 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** FRANCISCO JOSÉ DA SILVA PINHEIRO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA CABREIRA – VÁRZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 682/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1557/DOU, de 09/07/2019 que refere que o requerente não apresentou os projetos de especialidade no prazo legal (6 meses + 6 meses de suspensão), o ato que aprovou o projeto de arquitetura caducou, nos termos n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro.

Sendo a caducidade declarada pela Câmara municipal com a audiência prévia da interessada, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia ao requerente

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**32-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ARRUMOS AGRÍCOLAS – PROC. 634/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** MIRADOURO MÁGICO, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DO BOM PASTOR – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 683/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1347, de 12/06/2019 e do

parecer do Chefe, de 17/06/2019, delibere submeter a audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 122º do CPA, o projecto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua actual redação.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**33-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 308/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** FERNANDO MANUEL CARDOSO DE SOUSA

**LOCAL:** LUGAR DE MOINHOS- PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 684/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1554/DOU, de 09/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 12/07/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**34-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 323/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** FERNANDO MANUEL CARDOSO DE SOUSA

**LOCAL:** LUGAR DA FRAGA, ARTIGO 460 A - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 685/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1573/DOU, de 11/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 15/07/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**35-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 326/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** MARIA DA ANUNCIAÇÃO MENDES MAGALHÃES ILHARCO

**LOCAL:** QUINTA DA PONTE VELHA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 686/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1587/DOU, de 15/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 16/07/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.



Presidente

Secretária

**36-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**37-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária